

**BANCO SEMEAR S.A.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 30 DE JUNHO DE 2022

**BANCO SEMEAR S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

**CONTEÚDO**

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
QUADRO 1 – Balanços patrimoniais	11
QUADRO 2 – Demonstrações dos resultados dos exercícios	13
QUADRO 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes	14
QUADRO 4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
QUADRO 5 – Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

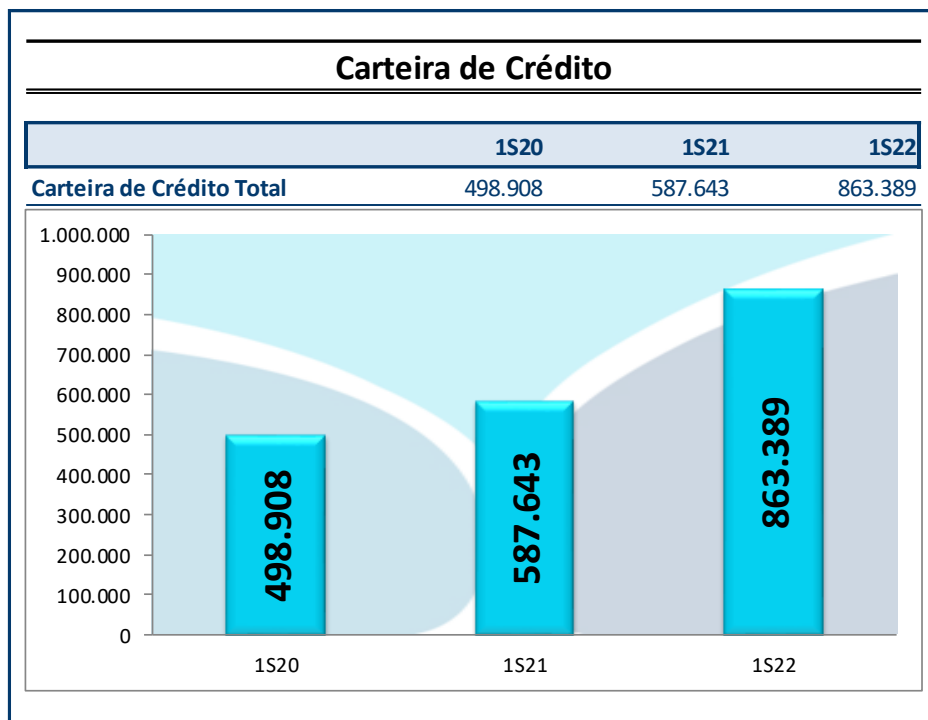
No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua majoritariamente com empresas de médio e pequeno porte em financiamentos de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas. O Banco oferece, também, o Negócio Câmbio atuando junto a empresas importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte (que possuam direito e obrigações no exterior – derivadas de serviço ou do comércio de produtos) com operações de Câmbio Pronto.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

### **Desempenho Operacional**

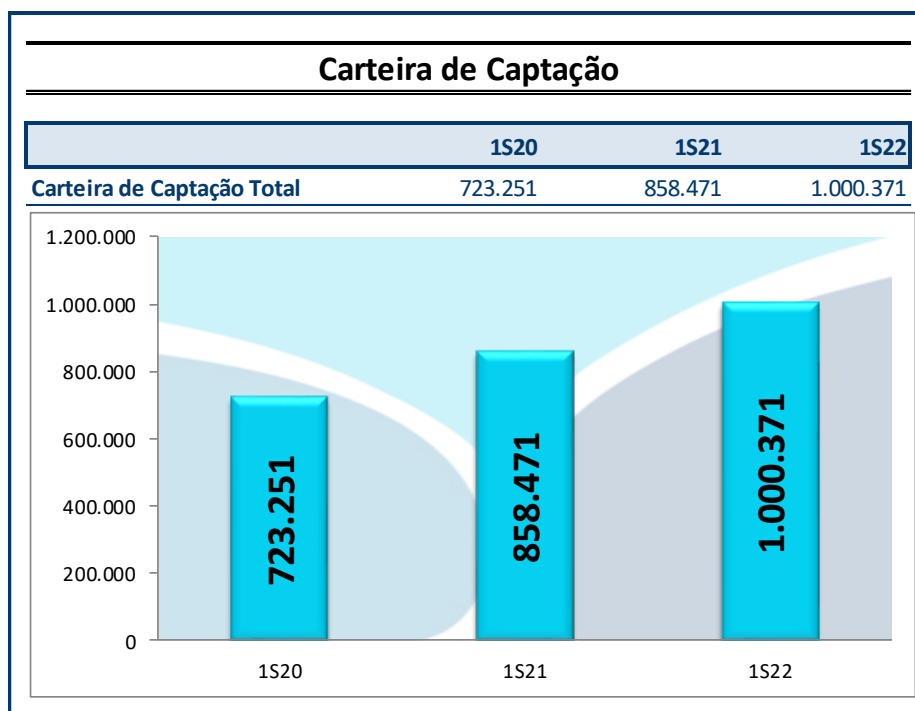
#### **Carteira de crédito:**

A carteira de crédito Pessoa Física representa 59,4% da carteira total. O Negócio Varejo representa 54,8%, sendo que o Crédito Direto ao Consumidor representa 46,5% e Empréstimo Pessoal 8,2%. A carteira de crédito Pessoa Jurídica representa 40,3% do total e é composta por Crédito PJ e Antecipação de Recebíveis, sendo o primeiro o principal produto da carteira, representando 35,6%. A carteira imobiliária fechou o ano representando 4,9% da carteira de crédito total do banco.



### Captações

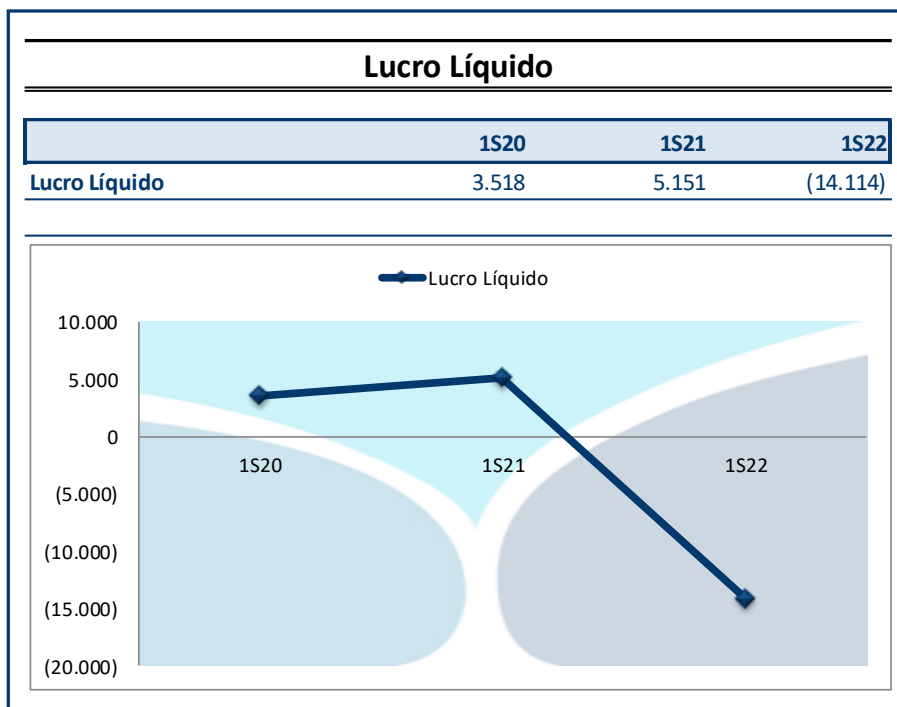
Nas captações, o Banco teve um crescimento em relação ao mesmo semestre do ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$1.000,4 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação. O incremento ocorrido entre os anos de 2021 e 2022 ocorreu com o intuito de aumentar o caixa do banco diante do aumento da demanda por crédito e aumento no número de empresas e varejistas atendidos.



## Desempenho Econômico-Financeiro

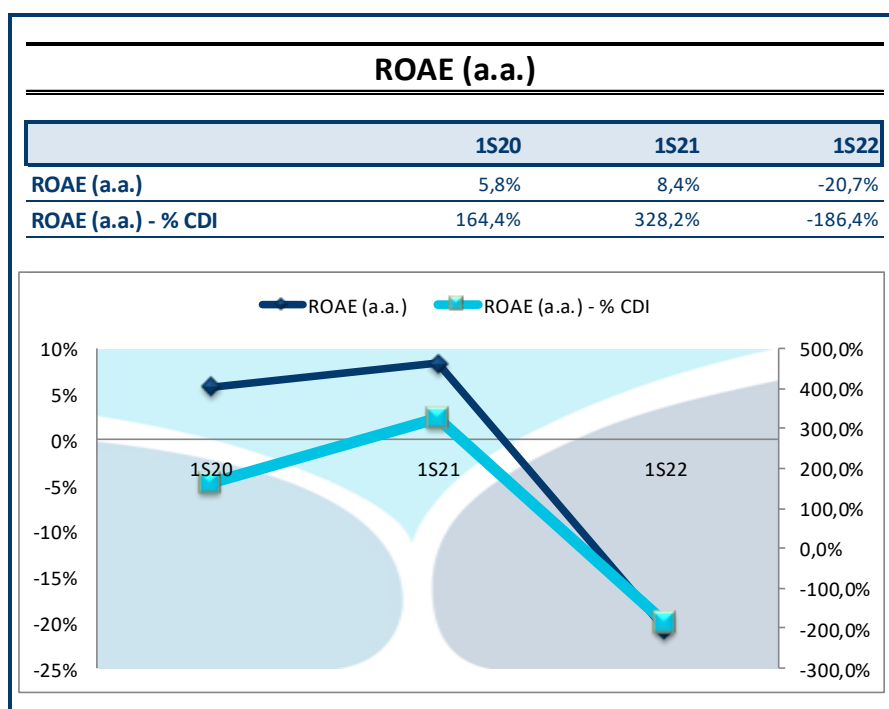
### Lucro Líquido

O Banco Semear fechou o primeiro semestre de 2022 apresentando um resultado contábil negativo no montante de R\$14,1 milhões, valor este inferior ao ocorrido no mesmo semestre de 2021.



### Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 20,7% a.a. negativo.



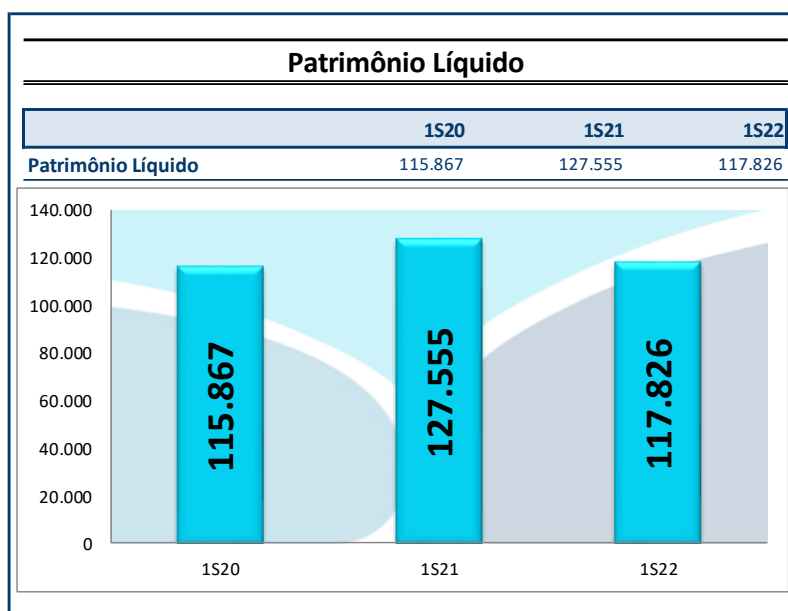
### Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado de intermediação financeira, antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, fechou o semestre em R\$99,2 milhões, representando um acréscimo de R\$43,3 milhões em relação ao mesmo semestre de 2021.

### Desempenho Patrimonial

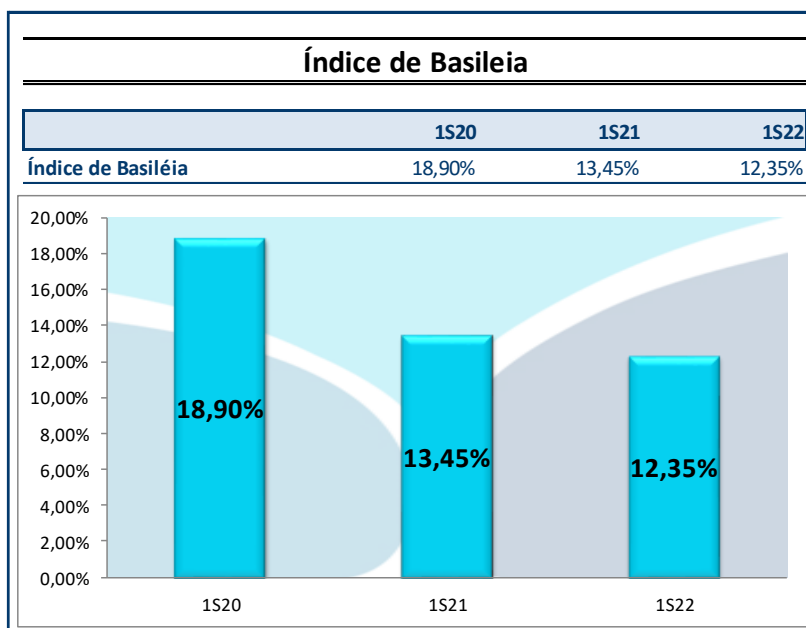
#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o primeiro semestre de 2022 em R\$117,8 milhões, contra um montante de R\$127,6 milhões no mesmo semestre de 2021.



#### Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final do primeiro semestre de 2022 foi de 12,35%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



### **Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

### **Agradecimentos**

Apesar do resultado negativo neste primeiro semestre de 2022, fruto essencialmente do aumento da inadimplência da carteira do varejo, com forte influência da inflação no período e dificuldades de vendas do mercado, e ainda os efeitos adversos da pandemia do coronavírus e da guerra no leste europeu, a administração da instituição tomou medidas para mitigação de riscos e melhor gestão da carteira e dos custos. Assim, ensejamos com uma perspectiva positiva para os próximos anos com o retorno do crescimento e dos resultados.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### RELATÓRIO MG – 2022/103

Aos

**Administradores e aos Acionistas do**

Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco Semear S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Semear S.A.** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Banco Semear S.A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2022.

 **bakertilly**

**Gilberto Galinkin**

Contador CRC MG - 035.718/O-8

**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**

CRC MG - 005.455/O-1

**BANCO SEMEAR S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Semestre findo em 30 de junho 2022 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	30/06/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<b>912.207</b>	<b>866.842</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4 e 5</b>	<b>125.315</b>	<b>87.738</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>784.907</b>	<b>770.637</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>116.983</b>	<b>110.700</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>2.662</b>	<b>334</b>
Pagamento e recebimentos a liquidar		2.298	-
Depósitos no Banco Central		324	312
Correspondentes		40	22
<b>Carteiras de crédito</b>	<b>7</b>	<b>656.558</b>	<b>651.082</b>
Operação de crédito		709.294	661.493
Outros créditos com característica de concessão de créditos		48.600	26.281
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(101.336)	(36.692)
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>8</b>	<b>8.704</b>	<b>8.521</b>
Rendas a receber		127	862
Diversos		9.016	7.930
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(439)	(271)
<b>Outros ativos</b>	<b>10</b>	<b>1.985</b>	<b>8.467</b>
Outros valores e bens		398	6.550
Despesas antecipadas		1.587	1.917
<b>Não circulante</b>		<b>289.021</b>	<b>276.862</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>120.672</b>	<b>133.553</b>
<b>Carteiras de crédito</b>	<b>7</b>	<b>95.511</b>	<b>114.812</b>
Operação de crédito		71.418	85.206
Outros créditos com característica de concessão de créditos		34.077	36.510
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(9.984)	(6.904)
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>8</b>	<b>25.161</b>	<b>18.741</b>
Rendas a receber		153	-
Diversos		27.793	21.526
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.785)	(2.785)
<b>Créditos tributários</b>	<b>9</b>	<b>110.457</b>	<b>89.830</b>
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>1.943</b>	<b>551</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>12</b>	<b>902</b>	<b>929</b>
Outras imobilizações de uso		2.546	2.431
(-) Depreciação acumulada		(1.644)	(1.502)
<b>Intangível</b>	<b>13</b>	<b>491</b>	<b>373</b>
Ativos intangíveis		3.103	2.900
(-) Amortização acumulada		(2.612)	(2.527)
<b>Outros ativos</b>	<b>10</b>	<b>54.556</b>	<b>51.626</b>
Outros valores e bens		47.013	46.060
(-) Provisão para desvalorizações		(835)	(1.310)
Despesas antecipadas		8.378	6.876
<b>Total do ativo</b>		<b>1.201.228</b>	<b>1.143.704</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO SEMEAR S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Semestre findo em 30 de junho 2022 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas explicativas	30/06/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<b>410.339</b>	<b>386.355</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>410.339</b>	<b>386.355</b>
<b>Depósitos</b>	<b>14</b>	<b>352.152</b>	<b>334.641</b>
Depósitos à vista		17.399	22.210
Depósitos a prazo		334.753	312.431
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>15</b>	<b>3.351</b>	<b>12.619</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>483</b>	<b>2</b>
<b>Captações no mercado aberto</b>		<b>9.997</b>	<b>-</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>16</b>	<b>44.356</b>	<b>39.093</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		512	792
Fiscais e previdenciárias		10.034	3.489
Carteira de Câmbio		3.732	156
Diversas		30.078	34.538
Receitas antecipadas		-	118
<b>Não circulante</b>		<b>673.063</b>	<b>621.909</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>645.737</b>	<b>594.680</b>
<b>Depósitos</b>	<b>14</b>	<b>643.230</b>	<b>590.713</b>
Depósitos a prazo		643.230	590.713
<b>Recursos de aceite e emissão de títulos</b>		<b>1.637</b>	<b>-</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>16</b>	<b>870</b>	<b>3.967</b>
Fiscais e previdenciárias		187	57
Diversas		683	3.514
Receitas antecipadas		-	396
<b>Provisões</b>	<b>17</b>	<b>27.326</b>	<b>27.229</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>18</b>	<b>117.826</b>	<b>135.440</b>
Capital social		112.236	112.236
De domiciliados no país		112.236	106.711
Aumento de capital		-	5.525
Reserva legal		3.808	3.808
Reserva de retenção de lucros		1.782	19.396
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.201.228</b>	<b>1.143.704</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Semear S.A.**

**Demonstrações de resultados**

**Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	30/06/2022	30/06/2021
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>155.912</b>	<b>75.763</b>
Operações de crédito	7g	138.616	65.274
Outros créditos com característica de concessão de créditos	7g	5.753	6.344
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	4.382	1.826
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	6.284	2.083
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	6c	(81)	(373)
Resultado com operações de câmbio		958	609
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(56.732)</b>	<b>(19.896)</b>
Operações de captação no mercado	14c	(56.732)	(19.896)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>99.180</b>	<b>55.867</b>
<b>Resultado de provisões para perdas</b>		<b>(86.740)</b>	<b>(14.644)</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7d	(86.740)	(14.644)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(39.242)</b>	<b>(32.869)</b>
Receitas de prestação de serviços	19	1.028	891
Rendas de tarifas bancárias	19	1.705	1.228
Despesas de pessoal	20	(9.805)	(10.292)
Outras despesas administrativas	21	(28.045)	(22.417)
Despesas tributárias	22	(7.517)	(6.257)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11a	(10)	-
Outras receitas operacionais	23	9.663	10.042
Outras despesas operacionais	24	(6.261)	(6.064)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(26.802)</b>	<b>8.354</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>238</b>	<b>(1.237)</b>
Outras receitas		746	832
Outras despesas		(508)	(2.069)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações</b>		<b>(26.564)</b>	<b>7.117</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>		<b>12.450</b>	<b>(536)</b>
Imposto de renda	25	(5.125)	918
Contribuição social	25	(2.922)	487
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	8 e 25	20.497	(1.941)
<b>Resultado do semestre</b>		<b>(14.114)</b>	<b>6.581</b>
<b>Resultado líquido por ação - R\$</b>		<b>(0,11)</b>	<b>0,05</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Semear S.A.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Semestre findo em</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
<b>Resultado do semestre</b>	<b>(14.114)</b>	<b>6.581</b>
Outros resultados abrangentes do semestre	-	-
<b>Total do resultado abrangente do semestre</b>	<b><u>(14.114)</u></b>	<b><u>6.581</u></b>
<b>Resultado líquido por ação - R\$</b>	<b><u>(0,11)</u></b>	<b><u>0,05</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Semear S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	Capital social		Reservas de Lucro		Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
	Capital social- Subscrito	Aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>104.119</b>	<b>2.592</b>	<b>3.107</b>	<b>12.586</b>	-	<b>122.404</b>
Resultado do semestre	2.592	(2.592)	-	-	6.581	6.581
Constituição de Reserva Legal	-	-	329	-	(329)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	6.252	(6.252)	-
<b>Saldos em 30 junho de 2021</b>	<b>106.711</b>	<b>-</b>	<b>3.436</b>	<b>18.838</b>	<b>-</b>	<b>128.985</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>2.592</b>	<b>(2.592)</b>	<b>329</b>	<b>6.252</b>	<b>-</b>	<b>6.581</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>106.711</b>	<b>5.525</b>	<b>3.808</b>	<b>19.396</b>	<b>-</b>	<b>135.440</b>
Integralização do capital	5.525	(5.525)	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	(14.114)	(14.114)
Dividendos - pagos	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	(14.114)	14.114	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>112.236</b>	<b>-</b>	<b>3.808</b>	<b>1.782</b>	<b>-</b>	<b>117.826</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>5.525</b>	<b>(5.525)</b>	<b>-</b>	<b>(17.614)</b>	<b>-</b>	<b>(17.614)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Semear S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)**

**Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais)**

	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>		
<b>Resultados dos períodos</b>	<b>(14.114)</b>	<b>6.581</b>
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Ajuste em investimento de coligada e controlada	10	-
Depreciação	146	114
Amortização	85	762
Resultado na baixa ativo imobilizado	7	-
Resultado na baixa ativo intangível	-	1.729
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	82.572	13.310
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de concessão)	4.168	1.334
Impostos e contribuições s/ ativos diferidos	(20.627)	1.951
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	227	(504)
Provisão para impostos e contribuições s/passivos diferidos	130	(10)
Provisão para pagamentos a efetuar	(243)	190
Provisão para passivos contingentes	(549)	(1.755)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	8.047	(1.405)
	<u>73.973</u>	<u>15.716</u>
<b>Resultados dos períodos ajustados</b>	<b>59.859</b>	<b>22.297</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-
Títulos e valores mobiliários	(6.283)	(52.082)
Operações de crédito	(51.549)	(69.666)
Outros créditos com característica de concessão de créditos	(21.366)	7.914
Outros ativos financeiros	(12.961)	6.958
Outros valores e bens	3.325	(3.400)
Outros ativos fiscais	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências	(2.328)	(1.894)
	<u>(91.162)</u>	<u>(112.170)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	70.028	206.316
Recursos de aceites e emissão de títulos	(7.631)	(31.332)
Captações no mercado aberto	9.997	-
Relações interfinanceiras	481	360
Passivos contingentes	97	(1.624)
Outras obrigações	(5.219)	(4.648)
	<u>67.753</u>	<u>169.072</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos antecipadamente	6.358	(1.352)
	<u>42.808</u>	<u>77.847</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais</b>	<b>42.808</b>	<b>77.847</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Ajustes no Investimento	(1.402)	(105)
Aquisição no imobilizado de uso	(126)	(164)
Aquisição no intangível	(203)	-
<b>Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>(1.731)</b>	<b>(269)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos	(3.500)	-
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(3.500)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>37.577</b>	<b>77.578</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	87.738	70.306
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	<u>125.315</u>	<u>147.884</u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>37.577</b>	<b>77.578</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **1 Contexto operacional**

O Banco Semear S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos e insumos agropecuários.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação de recebíveis.
- **Serviços:** Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo Intangível – (CPC 04 (R1)).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo Imobilizado – (CPC 27).
- **Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- **Resolução nº 3.959/2019** - Resultado por Ação – (CPC 41)
- **Resolução nº 4.748/2019** - Mensuração do Valor Justo – (CPC 46).
- **Resolução nº 4.877/2020** - Benefícios a Empregados – (CPC 33 R1)

- **Resolução nº 4.924/2021** - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – (CPC00 R2)
- **Resolução nº 4.924/2021** - Receita de Contrato com Cliente – (CPC 47)
- **Resolução nº 120/2021** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa de Retificação de Erro – (CPC 23)
- **Resolução CMN nº 4.967/2021** - Propriedade para Investimento – (CPC 28)

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco sua utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.270/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019 foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Semear. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Em 25/11/2021 foi aprovada a Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência para as instituições financeiras a partir 01/01/2025.

#### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **d. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no exercício findo em 30 de junho de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 9** - Reconhecimento de créditos tributários diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 17** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de agosto de 2022.

### **3 Principais critérios contábeis adotados**

#### **a. Apuração de resultado**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

#### **c. Aplicações interfinanceiras**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **d. Títulos e valores mobiliários**

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 6).

- ii. **Títulos disponíveis para venda** – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- iii. **Títulos mantidos até o vencimento** – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

**e. Operações de crédito, provisão para perdas com operações de crédito**

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

<b>Período de atraso</b>	<b>Classificação do cliente</b>
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

**f. Outros ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

**g. Outros valores e bens**

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 10).

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (veja Nota Explicativa nº 10).

**h. Imobilizado**

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

**i. Intangível**

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, reconhecido pelo seu custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear, observando a taxa anual de 20%.



**j. Dos direitos adquiridos**

Os Depósitos e captações no mercado aberto, são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 14).

**k. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante, conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: **(a)** prováveis, para os quais são constituídas provisões; **(b)** possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e **(c)** remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.
- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa de pedir semelhante, em geral, são processos que envolvem relação de consumo, com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, e refletido no resultado na carteira atual. Assim, são considerados os processos que nos últimos 12 (doze) meses foram baixados e os que permaneceram ativos, dentre os baixados quais foram com e quais sem pagamento. Os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento.
- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco por ex-funcionários do próprio Banco, bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados, para fins de contingenciamento, apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco, provável sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.

- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorre de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 17).

#### **I. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

A Medida Provisória 1.115 de 28 de abril de 2022 estabeleceu que a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) é de 21% até 31/12/2022 para os Bancos.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

#### **m. Outros passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **n. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

#### **o. Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam

na data-base das demonstrações financeiras.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades		
Em moeda nacional	2.956	1.278
Em moeda estrangeira	<u>3.367</u>	<u>3.930</u>
Subtotal da disponibilidade	6.323	5.208
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>118.992</u>	<u>82.530</u>
<b>Total</b>	<b><u>125.315</u></b>	<b><u>87.738</u></b>

#### 5 A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é como segue:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Posição bancada</b>		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	115.493	30.017
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	<u>3.499</u>	<u>52.513</u>
<b>Total</b>	<b><u>118.992</u></b>	<b><u>82.530</u></b>
Circulante	118.992	82.530

As aplicações interfinanceiras de liquidez, são referentes a operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento. No caso do Banco, são referentes a aplicações de operações compromissadas, grupo 1.2.1, que são revendidas no dia seguinte.

#### a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Posição bancada	4.378	1.826
Depósitos Interfinanceiros	<u>4</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>4.382</u></b>	<b><u>1.826</u></b>

#### 6 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

##### a. Composição

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Carteira própria - Livres</b>	<b><u>102.190</u></b>	<b><u>108.396</u></b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	102.190	108.396
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b><u>10.002</u></b>	<b><u>-</u></b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.002	-
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b><u>4.791</u></b>	<b><u>2.304</u></b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.791	2.304
<b>Total</b>	<b><u>116.983</u></b>	<b><u>110.700</u></b>
Circulante	116.983	110.700



**b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos**

Títulos para negociação (1)	30/06/2022			Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	50.710	66.273	-	116.983	117.320
<b>Total</b>	<b>50.710</b>	<b>66.273</b>	<b>-</b>	<b>116.983</b>	<b>117.320</b>

Títulos para negociação (1)	31/12/2021			Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	36.544	74.156	-	110.700	173.190
<b>Total</b>	<b>36.544</b>	<b>74.156</b>	<b>-</b>	<b>110.700</b>	<b>173.190</b>

Para fins de publicação, os títulos classificados como “Títulos para negociação” devem ser apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

**c. Resultado com títulos e valores mobiliários**

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado de títulos de renda fixa	6.284	2.083
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(81)	(373)
<b>Total</b>	<b>6.203</b>	<b>1.710</b>

Durante o período o Banco efetuou operações de Hedge, para proteção de variação cambial, que geraram resultado negativo de R\$ -81 (R\$ -373 em 2021).

**7 Operações de crédito**

As operações de crédito são concentradas em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, são classificadas conforme demonstradas a seguir:

**a. Classificação da carteira, por tipo de produto**

Produtos	30/06/2022		31/12/2021	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de Giro	301.896	34,9%	288.757	35,7%
Adiant. A Depositantes	1.078	0,1%	166	
Conta Garantida	2.451	0,3%	2.101	0,3%
Crédito Pessoal	71.482	8,3%	66.985	8,3%
Financiamento Imobiliário	-		187	
Cheque Especial	7		-	
Crédito Direto ao Consumidor	403.798	46,8%	388.503	48,0%
<b>Total de operações de Crédito</b>	<b>780.712</b>		<b>746.699</b>	
Circulante	709.294		661.493	
Não Circulante	71.418		85.206	
Créditos por avais e fianças honrados	71	0,0%	95	
Devedores Por Compra de Valores e Bens	21.260	2,5%	21.292	2,6%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financiamento Imobiliário	20.601	2,4%	22.862	2,8%
Aquisição de Crédito - Recebíveis Outros	40.745	4,7%	18.542	2,3%
<b>Total de Operações de Crédito e Outros Créditos com Carac. de Concessão de Crédito. (Nota 8)</b>	<b>82.677</b>		<b>62.791</b>	
Circulante	48.600		26.281	
Não Circulante	34.077		36.510	
<b>Total de Operações de Crédito e Outros Créditos</b>	<b>863.389</b>	100,0%	<b>809.490</b>	100,0%
Circulante	757.894		687.774	
Não Circulante	105.495		121.716	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(104.368)</b>		<b>(39.331)</b>	
Circulante	(99.230)		(35.471)	
Não Circulante	(5.138)		(3.860)	
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito ( Nota 8)	<b>(6.952)</b>		<b>(4.265)</b>	
Circulante	(2.106)		(1.221)	
Não Circulante	(4.846)		(3.044)	
<b>Total de provisões de créditos e outros créditos</b>	<b>(111.320)</b>		<b>(43.596)</b>	
Circulante	(101.336)		(36.692)	
Não Circulante	(9.984)		(6.904)	
<b>Total líquido das operações de créditos e outros créditos</b>	<b>752.069</b>		<b>765.894</b>	
Circulante	656.558		651.082	
Não Circulante	95.511		114.812	

**b. Classificação da carteira por risco de crédito**

Níveis de Risco	% do Risco	30/06/2022		31/12/2021	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		18.415	-	17.318	-
A	0,5%	509.644	(2.548)	535.733	(2.678)
B	1,0%	125.408	(1.254)	126.062	(1.261)
C	3,0%	51.825	(1.555)	45.757	(1.373)
D	10,0%	23.980	(2.398)	33.477	(3.348)
E	30,0%	18.218	(5.465)	16.607	(4.982)
F	50,0%	21.517	(10.759)	6.524	(3.262)
G	70,0%	23.471	(16.430)	4.399	(3.079)
H	100,0%	70.911	(70.911)	23.613	(23.613)
<b>Totais</b>		<b>863.389</b>	<b>(111.320)</b>	<b>809.490</b>	<b>(43.596)</b>
Circulante		757.894	(101.336)	687.774	(36.692)
Não Circulante		105.495	(9.984)	121.716	(6.904)
<b>Total</b>		<b>863.389</b>	<b>(111.320)</b>	<b>809.490</b>	<b>(43.596)</b>

**c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Saldo no início do período</b>	<b>43.596</b>	<b>55.271</b>
Constituição - operação de créditos	130.336	112.764
Reversão - operação de créditos	(43.596)	(55.271)
Subtotal - registrado como despesa	86.740	57.493
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(19.016)	(69.168)
<b>Saldo no final</b>	<b>111.320</b>	<b>43.596</b>

**d. Carteira por atividade econômica**

Atividade econômica	30/06/2022		31/12/2021	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Intermediários financeiros	71		95	
Indústria	48.692	5,6%	34.217	4,2%
Comércio	59.954	6,9%	62.062	7,7%
Serviços	235.710	27,3%	213.205	26,3%
Pessoa física	518.962	60,2%	499.911	61,8%
<b>Totais</b>	<b>863.389</b>	<b>100,0%</b>	<b>809.490</b>	<b>100,0%</b>

**e. Carteira por faixa de vencimento**

Prazos de vencimento	30/06/2022		31/12/2021	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	103.675	12,0%	52.693	6,5%
A vencer até 30 dias	114.371	13,2%	99.673	12,3%
A vencer de 31 a 60 dias	130.960	15,2%	122.281	15,1%
A vencer de 61 a 90 dias	89.437	10,4%	88.010	10,9%
A vencer de 91 a 180 dias	170.918	19,8%	162.375	20,1%
A vencer de 181 a 360 dias	148.533	17,2%	162.743	20,1%
A vencer após 360 dias	105.495	12,2%	121.716	15,0%
<b>Totais</b>	<b>863.389</b>	<b>100,0%</b>	<b>809.490</b>	<b>100,0%</b>

**f. Concentração da carteira**

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	135.361	15,7%	119.176	14,7%
20 maiores devedores seguintes	101.923	11,8%	103.489	12,8%
50 maiores devedores seguintes	95.425	11,1%	82.450	10,2%
100 maiores devedores seguintes	32.671	3,8%	26.540	3,3%
outros	498.009	57,7%	477.835	59,0%
<b>Total</b>	<b>863.389</b>	<b>100,0%</b>	<b>809.490</b>	<b>100,0%</b>

**g. Resultado com operações de crédito**

*(i) Operações de créditos*

	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de empréstimos	63.710	31.535
Rendas de financiamentos	106.789	81.074
Rendas de financiamentos habitacionais	72	5
Rendas financ. deved. por compra de valores e bens	2.259	1.871
Recuperação de créditos	2.985	6.290
<b>Renda bruta de operações crédito</b>	<b>175.815</b>	<b>120.775</b>
(-) Comissões sobre operações de crédito	(37.199)	(55.501)
<b>Total</b>	<b>138.616</b>	<b>65.274</b>

**(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito**

	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	1.915	3.826
Rendas de aq. crédito - Recebíveis Outros	3.219	753
Rendas de fiança honrada	-	62
Prejuízo na cessão de crédito - Recebíveis Outros	-	-
Recuperação de créditos	619	1.703
<b>Total</b>	<b>5.753</b>	<b>6.344</b>

**h. Outras informações de operações de crédito**

Em 2022, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$ 48.829 (R\$ 68.420 em dezembro de 2021), com saldo de provisão de R\$ 2.281 (R\$6.439 em junho de 2021) e saldos recuperados de R\$11.575 (R\$10.735 em dezembro 2021).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

**8 Outros ativos financeiros**

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Devedores por depósito em garantia	<u>18.605</u>	<u>18.696</u>
Recursos fiscais	16.224	15.751
Recursos ações cíveis	1.392	1.983
Recursos trabalhistas	988	962
Impostos e contribuições a compensar	<u>8.024</u>	<u>4.486</u>
IRPJ	5.064	2.815
CSLL	2.869	1.556
Impostos e contribuições retidos	91	115
Devedores diversos - País	<u>9.159</u>	<u>5.685</u>
Baixas oper de créditos a processar	3.005	4.249
Baixas de confissão de dívidas	967	967
Pendência - Imóveis com documentação em trânsito	174	174
Ressarcimentos TCC aos Lojistas (a)	4.843	-
Outros devedores diversos	170	195
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.224)	(3.056)
Rendas a receber	280	862
Câmbio a receber (b)	204	32
Diversos	817	557
<b>Total</b>	<b><u>33.865</u></b>	<b><u>27.262</u></b>
Circulante	8.704	8.521
Não circulante	<u>25.161</u>	<u>18.741</u>

a) Vide notas explicativa 16b

b) Vide nota explicativa 16c

## 9 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco, com assessoria de uma consultoria externa e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração.

	30/06/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas em ativos	53.282	42.829	39.829	31.863
Provisões passivas	7.125	5.727	5.468	4.374
Outras diferenças temporárias	674	542	3.759	3.007
Total de diferenças temporárias	61.081	49.098	49.056	39.244
Prejuízo fiscal e base negativa	-	278	-	1.530
<b>Total</b>	<b>61.081</b>	<b>49.376</b>	<b>49.056</b>	<b>40.774</b>
<b>Total do Crédito tributário</b>	<b>110.457</b>		<b>89.830</b>	
<b>Movimentação do crédito tributário:</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>49.056</b>	<b>40.774</b>	<b>51.559</b>	<b>42.555</b>
Constituição de diferenças temporárias	22.880	17.375	14.028	11.222
Const.de dif. temporárias- mudança de alíquota		1.161	-	-
Realização de diferenças temporárias	(10.855)	(8.683)	(16.531)	(10.948)
<b>Varição líquida na movimentação das diferenças temporárias</b>	<b>12.025</b>	<b>9.853</b>	<b>(2.503)</b>	<b>274</b>
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	-	221	3.792	222
Realização da base negativa - mudança de alíquota	-		(3.792)	(2.277)
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	-	(1.473)	-	-
<b>Varição líquida na movimentação do Prejuízo Fiscal e Base negativa de CSSL</b>	<b>-</b>	<b>(1.252)</b>	<b>0</b>	<b>(2.055)</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>61.081</b>	<b>49.375</b>	<b>49.056</b>	<b>40.774</b>
<b>Total da variação do crédito tributário:</b>	<b>20.626</b>		<b>(4.284)</b>	

Abaixo, demonstramos a expectativa de realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário	30/06/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	5.806	6.406	12.642	11.644
2º Ano	9.196	7.357	8.267	6.614
3º Ano	7.126	5.701	4.902	3.922
4º Ano	6.779	3.790	4.902	3.922
5º Ano	6.876	3.899	4.842	3.873
Acima de 5 anos	25.298	22.222	13.501	10.799
<b>Totais</b>	<b>61.081</b>	<b>49.375</b>	<b>49.056</b>	<b>40.774</b>

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 1,43% a.m., demonstrado no quadro abaixo:

Realização do crédito tributário	30/06/2022		31/01/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	5.161	5.695	11.351	10.454
2º Ano	7.255	5.804	6.743	5.394
3º Ano	5.143	4.114	3.737	2.989
4º Ano	4.517	2.526	3.492	2.794
5º Ano	4.276	2.425	3.224	2.579
Acima de 5 anos	14.684	12.898	8.401	6.720
<b>Totais</b>	<b>41.036</b>	<b>33.462</b>	<b>36.948</b>	<b>30.930</b>

## 10 Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Outros valores e bens</b>	<b>46.576</b>	<b>51.300</b>
<b>Material em estoque</b>	<b>64</b>	<b>66</b>
<b>Ativos não financeiros mantidos para venda-recebido</b>	<b>46.512</b>	<b>51.234</b>
Outros imóveis (a)	47.347	52.544
Prov. para desval. de ativos não financeiros	(835)	(1.310)
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>9.965</b>	<b>8.793</b>
Serviços de terceiros	1.230	1.579
Comissões pela captação de títulos	-	61
Deságio por intermediação de CDB	8.735	7.153
<b>Total</b>	<b>56.541</b>	<b>60.093</b>
Circulante	1.985	8.467
Não circulante	54.556	51.626

- (a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas. Os bens não de uso próprio, até 31/12/2020, eram reconhecidos no ativo circulante, por conta da Instrução do BACEN. Com publicação da Carta Circular nº 3.994 de 23/12/2019, com vigência a partir de janeiro de 2021, o Banco passou a classificar seus bens não de uso próprio entre o ativo circulante e não circulante.

## 11 Investimento em participação de coligadas

### Investimento em participação em coligada

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Valor do investimento	Ágio	30/06/2022 Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.149	(50)	207	793	(10)

Em 25 de fevereiro de 2022 o Banco adquiriu participação 20% do capital social da startup Pag Dividido integralizando o valor de R\$1.000 do capital da investida.

#### (a) Movimentação dos investimentos - coligadas

	Saldo em 31/12/2021	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Custo de aquisição	Ágio	Saldo em 30/06/2022
Investimento em coligada	-	(10)	207	-	197
Ágio baseado em expectativa rentabilidade futura	-	-	-	793	793
	-	(10)	207	793	990

#### (b) Outros investimentos

	Saldo em 31/12/2021	Quantidade de ações possuídas	% de participação	Aquisição de participações	Saldo em 30/06/2022
CERTA - Central de Registro de Tít. e Ativos	551	950	-	402	953

	Saldo em 31/12/2020	Quantidade de ações possuídas	% de participação	Aquisição de participações	Saldo em 31/12/2021
CERTA - Central de Registro de Tít. e Ativos	318	548	0,81%	233	551



## 12 Imobilizado

Imobilizado de uso	30/06/2022				
	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	Residual
Mobiliário	125	-	(8)	-	117
Equipamento de processamento de dados	734	120	(126)	(6)	722
Equipamento de comunicação e segurança	7	-	(1)	-	6
Outros equipamentos	63	6	(11)	(1)	57
	<b>929</b>	<b>126</b>	<b>(146)</b>	<b>(7)</b>	<b>902</b>

Imobilizado de uso	31/12/2021				
	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	Residual
Mobiliário	179	-	(25)	(29)	125
Equipamento de processamento de dados	598	409	(249)	(24)	734
Equipamento de comunicação e segurança	9	-	(2)	-	7
Outros equipamentos	141	-	(73)	(5)	63
	<b>927</b>	<b>409</b>	<b>(349)</b>	<b>(58)</b>	<b>929</b>

## 13 Intangível

	2022				
	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	Residual
Sistemas de processamentos de dados	373	203	-	(85)	491

	2021				
	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	Residual
Sistemas de processamentos de dados	2.951	-	(1.729)	(849)	373

## 14 Depósitos

	30/06/2022				Total	31/12/2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	17.399	-	-	-	17.399	22.210
Depósitos a prazo (i)	-	112.998	221.755	643.230	977.983	903.144
<b>Total</b>	<b>17.399</b>	<b>112.998</b>	<b>221.755</b>	<b>643.230</b>	<b>995.382</b>	<b>925.354</b>
Circulante					352.152	334.641
Não circulante					643.230	590.713

- (i) Em 2022, os dois maiores clientes, representam 41,51% e 23,44% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no banco para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 65,77% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (65% em 2021), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

**Despesas com operações de captações no mercado**

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesas de depósitos a prazo	(56.323)	(17.036)
Despesas de comissão pela captação	(1.501)	(1.569)
Despesas de operações compromissadas	(19)	-
Despesas de letras de créditos imobiliários	(415)	(100)
Despesas de letras de financeiras garantidas	-	(593)
Reembolso despesas de captação (a)	2.230	-
Despesas de contribuição ao FGC	(704)	(598)
<b>Despesas de captação</b>	<b><u>(56.732)</u></b>	<b><u>(19.896)</u></b>

a) Diferença de taxa praticada pelo Banco e taxa de rentabilidade praticada em campanha acordada com parceiro.

**15 Recursos de aceites e emissão de títulos**

	<u>30/06/2022</u>			<u>31/12/2021</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Letras de crédito imobiliário	2.338	1.013	1.637	4.988	12.619
<b>Total</b>	<b><u>2.338</u></b>	<b><u>1.013</u></b>	<b><u>1.637</u></b>	<b><u>4.988</u></b>	<b><u>12.619</u></b>
Circulante				3.351	12.619
Não circulante				1.637	-

## 16 Outros passivos financeiros

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cobrança e arrecadação de tributos	512	792
Carteira de câmbio (c)	3.732	156
Contribuições fiscais e previdenciárias	<u>10.221</u>	<u>3.546</u>
IRPJ/CSLL s/lucro base corrente	8.048	16
Impostos e contribuições a recolher	1.986	3.473
Provisão para impostos e contribuição diferidos	187	57
Obrigações por devolução de tarifas (a)	7.342	-
Cheque administrativo	13	13
Provisão despesas administrativas	<u>16.904</u>	<u>26.833</u>
Provisões p/ despesas de pessoal	2.770	3.205
Provisões p/ prestadores de serviços	748	1.515
Comissão Equalização produto CDC-E	13.386	22.113
Provisão para garantias prestadas (b)	117	118
Receitas antecipadas	<u>0</u>	515
Credores diversos - País	<u>6.385</u>	<u>11.087</u>
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	598	441
Contribuição ao FGC	228	234
Contratos ops de créditos s liberar	1.459	1.025
Serviços de Correspondentes	1.096	2.539
Fornecedores diversos	1.095	1.110
Pendências a Regularizar - Crédito Imobiliário	885	888
Créditos a baixar de ops de créditos	675	732
Acordos operacionais	-	3.911
Receitas antecipadas	314	-
Outros credores diversos	35	207
<b>Total</b>	<b><u>45.226</u></b>	<b><u>43.060</u></b>
Circulante	44.356	39.093
Não circulante	<u>870</u>	<u>3.967</u>

(a) Trata - se das parcelas ou obrigações relativos a operações de crédito cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos, normatizado pelo Banco Central por meio Resolução 98 de 06 junho de 2021 e Instrução normativa 123 de 08 de julho de 2021. Dos créditos a devolver aos clientes R\$7.342, R\$4.843 serão ressarcidos pelos lojistas, estando registrados na nota explicativa 8.

(b) Garantias Financeiras e avais prestadas

O Banco avaliou a carteira de garantias e avais prestadas, que no período monta R\$6.402 (R\$6.652 em 2021), e constituiu a provisão para perdas no montante de R\$117 (R\$118 em 2021), conforme mencionado na Resolução nº 2.512 de 28 de julho de 2016.

(c) Operação de câmbio pronto, sendo R\$ 2.931 relativo a ordens recebidas do exterior pendentes de fechamento pelos clientes e R\$ 801 operações a liquidar. Na nota explicativa 8 está demonstrando o valor de R\$ 204 (R\$ 32 em 2021) de operação de câmbio a receber.

## 17 Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.920	4.918
Provisão para riscos cíveis (a)	498	1.049
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	21.908	21.262
<b>Total</b>	<b><u>27.326</u></b>	<b><u>27.229</u></b>

### a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, trabalhista e cíveis. As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>962</b>	<b>1.983</b>	<b>2.945</b>	<b>4.918</b>	<b>1.049</b>	<b>5.967</b>
Adições	133	336	469	180	83	263
Baixas	(107)	(927)	(1.034)	(178)	(634)	(812)
<b>Saldo em 30/06/2022</b>	<b><u>989</u></b>	<b><u>1.392</u></b>	<b><u>2.381</u></b>	<b><u>4.920</u></b>	<b><u>498</u></b>	<b><u>5.418</u></b>

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>1.408</b>	<b>1.916</b>	<b>3.324</b>	<b>4.592</b>	<b>3.102</b>	<b>7.694</b>
Adições	12	184	196	368	1.664	2.032
Baixas	(458)	(117)	(575)	(42)	(3.717)	(3.759)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b><u>962</u></b>	<b><u>1.983</u></b>	<b><u>2.945</u></b>	<b><u>4.918</u></b>	<b><u>1.049</u></b>	<b><u>5.967</u></b>

### b) Provisões fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para PIS (i)	15.569	15.112
Provisão para INSS (ii)	3.333	3.225
Provisão para imposto de renda (iii)	1.363	1.326
Provisão para contribuição social (iii)	1.643	1.599
	<b><u>21.908</u></b>	<b><u>21.262</u></b>

(i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no

período, equivale a R\$15.569 (R\$15.112 em 2021), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 8 - Outros ativos financeiros.

- (ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37, lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.
- (iii) A principal provisão, tanto para Imposto de Renda, quanto para Contribuição Social, nos valores de R\$1.232 e R\$1.134 (R\$1.198 e R\$1.103 em 2021), respectivamente, são referentes ao Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). O restante dos valores, tanto para imposto de renda, quanto para Contribuição Social refere-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 - Majoração de alíquota.

Em 2022 ocorreram adições em depósitos judiciais no valor de R\$473 (R\$350, em 2021) e adições na conta de provisões no valor de R\$647 (R\$478, em 2021)

#### **Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível**

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados. Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista, fiscais e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$1.499 (R\$1.039 em 2021).

## **18 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital social é de R\$112.236 (R\$112.236 em 2021), representado por 66.003 mil ações ordinárias nominativas e 66.003 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2022, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital deliberado em 15 de março de 2022 pela Assembleia Geral de Acionistas no valor de R\$ 5.525 mil (5.525 mil ações).

### **b. Reserva legal**

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

### **c. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham

sido declarados.

	<b>30/06/2022</b>			<b>30/06/2021</b>		
	<b>Vr. Bruto</b>	<b>IRRF</b>	<b>Vr. Líquido</b>	<b>Vr. Bruto</b>	<b>IRRF</b>	<b>Vr. Líquido</b>
Dividendos	3.500	-	3.500	-	-	-

Aprovado em 06 de junho de 2022 em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$3.500 referente ao resultado do exercício anterior

**d. Reserva de retenção de lucros**

No período, a Administração do Banco optou pela distribuição de lucros de períodos anteriores e a amortização do resultado do semestre na Reserva de Retenção de Lucros, atendendo assim o parágrafo 4º do art.36 do Estatuto Social.

**19 Rendas de prestação de serviços**

	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	836	765
Rendas de garantias prestadas	182	78
Outras receitas de prestação de serviços	10	48
<b>Receitas de prestação de serviços:</b>	<b>1.028</b>	<b>891</b>
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	249	2
Receitas de confecção de cadastro - PJ	1.335	810
Outras tarifas	121	416
<b>Rendas de tarifas bancárias:</b>	<b>1.705</b>	<b>1.228</b>

**20 Despesas com pessoal**

	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
Proventos + Honorários Diretoria	(6.404)	(7.031)
Encargos sociais	(1.955)	(1.938)
Benefícios	(1.446)	(1.323)
<b>Despesas de pessoal:</b>	<b>(9.805)</b>	<b>(10.292)</b>

## 21 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesas de outros serviços de terceiros	(6.994)	(6.217)
Despesas de processamento de dados	(14.263)	(8.119)
Despesas de localização e funcionamento	(1.211)	(1.281)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.924)	(1.914)
Despesas de marketing	(308)	(486)
Despesas de emolumentos judiciais	(338)	(1.475)
Despesas de serviços do SFN	(1.309)	(859)
Despesas de indenizações judiciais	(551)	(318)
Despesas com amortização	(85)	(762)
Despesas com depreciação	(146)	(114)
Demais despesas administrativas	(916)	(872)
<b>Outras despesas administrativas</b>	<b><u>(28.045)</u></b>	<b><u>(22.417)</u></b>

## 22 Despesas tributárias

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
COFINS	(5.942)	(4.888)
PIS	(966)	(809)
ISSQN	(168)	(119)
ITBI/IPTU	(199)	(389)
Outros tributos	(242)	(52)
<b>Despesas tributárias</b>	<b><u>(7.517)</u></b>	<b><u>(6.257)</u></b>

## 23 Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	550	29
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	634	3.697
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	178	42
Taxa de permanência no recebimento de créditos	4.461	3.230
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.694	2.429
Recuperação de encargos e despesas	156	250
Variações monetárias ativas	788	194
Rendas de acordos operacionais	1	-
Rendas de operações aquisição de recebíveis	23	31
Reversão de provisões sobre garantias prestadas	1	-
Outras rendas operacionais	177	140
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b><u>9.663</u></b>	<b><u>10.042</u></b>

## 24 Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesa com acordos imobiliários	(425)	(1.576)
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(1.794)	(1.256)
Variação monetária passiva	(795)	(247)
Desp. atualiz. impostos e contribuições	(174)	(39)
Provisão sobre garantias prestadas	-	(1)
Provisões para pagamentos a efetuar	(307)	(219)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(180)	(309)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(83)	(1.675)
Despesa operacionais Reembolso de tarifas	(2.476)	-
Outras despesas operacionais	(27)	(742)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b><u>(6.261)</u></b>	<b><u>(6.064)</u></b>

## 25 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	<u>30/06/2022</u>		<u>30/06/2021</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do imposto de renda e contrib.social</b>	(26.564)	(26.564)	7.117	7.117
<b>Adições (exclusões) líquidas:</b>				
Provisões com operações de créditos de liquidação duvidosa	53.718	53.718	(17.775)	(17.775)
Provisões para contingências trabalhistas e ações cíveis	(372)	(372)	(1.756)	(1.756)
Demais provisões	(6.036)	(6.036)	(2.877)	(2.877)
Despesas indedutíveis	125	125	126	126
	<u>20.871</u>	<u>20.871</u>	<u>(15.165)</u>	<u>(15.165)</u>
Compensação	-	(6.261)	-	-
<b>Base de cálculo tributável</b>	<b><u>20.871</u></b>	<b><u>14.610</u></b>	<b><u>(15.165)</u></b>	<b><u>(15.165)</u></b>
Alíquota efetiva	(3.130)	(2.922)	-	-
Alíquota adicional	(2.075)	-	-	-
Incentivos fiscais	80	-	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social - corrente</b>	<b><u>(5.125)</u></b>	<b><u>(2.922)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
Efeito da "Lei do bem 2020"			(918)	(487)
<b>Totais de variações dos impostos e contribuições</b>	<b><u>(5.125)</u></b>	<b><u>(2.922)</u></b>	<b><u>(918)</u></b>	<b><u>(487)</u></b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>				
Base impostos e contribuições diferidas	279	279	22	22
Ajuste à base de cálculo	-	-	-	-
<b>Imposto de renda e contribuições diferidas</b>	<b><u>(70)</u></b>	<b><u>(60)</u></b>	<b><u>(6)</u></b>	<b><u>(4)</u></b>
<b>Totais de variação em despesas dos impostos e contribuição diferidas</b>	<b><u>(129)</u></b>		<b><u>(10)</u></b>	



## 26 Transações com partes relacionadas

### a. Sumário das transações

	30/06/2022				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração		10	1.647	103	(1.468)
Outras partes relacionadas (1)	14.625	2.734	19.858	570	(9.279)
<b>Total</b>	<b>14.625</b>	<b>2.744</b>	<b>21.505</b>	<b>570</b>	<b>(10.747)</b>

	30/06/2021				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	101	565	-	(1.039)
Outras partes relacionadas (1)	23.194	1.161	15.878	477	(5.375)
<b>Total</b>	<b>23.194</b>	<b>1.262</b>	<b>16.443</b>	<b>477</b>	<b>(6.414)</b>

- 1) As principais despesas referem-se a serviço de cobrança e apoio administrativo, as quais foram equivalentes a R\$9.156, em 2022 (R\$4.849, em 2021).

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 140% do CDI e prazo máximo de vencimento em 3 de junho de 2027.

### Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$14.625 (R\$23.194 em 2021) com provisão no total de R\$5.856 (R\$3.176 em 2021), referem-se ao saldo em 30 de junho de 2022 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 7.
- Depósitos à vista representados por R\$1.761 (R\$361 em 2021) de pessoa física e R\$983 (R\$ 865 em 2021) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$6.777 (R\$7.676 em 2021) de pessoas físicas e R\$14.728 (R\$10.284 em 2021) por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$570 (R\$ 477 em 2021) de pessoas físicas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

## **27 Gestão de risco e capital**

O Banco vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição, os quais se encontram alinhados à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

### **a. Risco de Crédito**

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banco efetua a gestão do risco de crédito por meio da implementação de políticas de crédito específicas destinadas a cada segmento em que o Banco opera e nas quais são evidenciados as alçadas de aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as vedações, a revisão e aprovação do crédito, dentre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito do Banco são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros aspectos.

### **b. Risco de Liquidez**

É a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: (i) o pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) a capacidade de alavancar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos; e (iii) a efetividade de atuação da Instituição nos mais diferentes cenários, efetuando sempre testes para medir a capacidade desta, inclusive, em ambientes mais severos.

### **c. Risco de Mercado**

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou em inglês Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no artigo 25 da resolução supracitada é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de

movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado do Banco consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que está se encontra sujeita e consistem na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e o acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com os cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições dos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Banco Semear é avaliado por cinco medidas principais: (i) Value at Risk (VaR); (ii) Testes de Estresse (Stress Testing); (iii) posições; (iv) sensibilidades; e (v) testes de aderências (Backtesting).

#### **d. Risco Operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional do Banco é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa e (ii) a quantitativa.

##### ***Qualitativa***

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear.

### **Quantitativa**

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as rubricas contábeis específicas. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências correlatas à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

#### **e. Risco Socioambiental**

O Risco Socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas.

Este processo atende a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

#### **f. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais**

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) define o “gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, sendo que todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizam os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (v) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vi) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contendo a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição encerrou o primeiro semestre de 2022 com índice de Basileia de 12.35%.

O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Banco.

O quadro a seguir demonstra a apuração do índice de Basileia:

**Detalhamento das Margens de Requerimento  
Relativamente ao RWA**

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>113.957</b>	<b>114.402</b>
<b>Patrimônio de Referência Nível I</b>	<b>113.957</b>	<b>114.402</b>
<b>Capital Principal – CP</b>	<b>113.957</b>	<b>114.402</b>
	<b>922.880</b>	<b>798.300</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco - RWA</b>	860.211	657.520
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada – RWACPAD		
RWA para Risco de Mercado – RWAMPAD	475	77.537
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	62.194	63.243
<b>Requerimento Mínimo de Capital</b>		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	41.529	35.923
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	55.373	47.898
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	73.830	63.864
<b>Margem sobre os Requerimentos de Capital</b>		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	72.427	78.478
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	58.584	66.504
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	40.126	50.538
<b>Índice de Capital Principal (CP/RWA)</b>	<b>12,35%</b>	<b>14,33%</b>
<b>Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>12,35%</b>	<b>14,33%</b>
<b>Índice de Basileia (PR/RWA)</b>	<b>12,35%</b>	<b>14,33%</b>

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas no Pilar III – Circular 3.930 encontram-se disponíveis no site [www.bancosemear.com.br](http://www.bancosemear.com.br).

**g. Análise de Sensibilidade**

**g.1 Cenários de inadimplência e custo de captação**

Com o intuito de se avaliar o quão sensível são os principais indicadores de solidez do Banco (Liquidez, Patrimônio Líquido e Índice de Basileia) foi realizada uma análise de sensibilidade levando em consideração três variáveis bem importantes para a realidade do Banco: a inadimplência da carteira de pessoa física; a inadimplência da carteira de pessoa jurídica; o custo de captação de recursos no mercado.

Levando em consideração as três variáveis acima, foram elaborados três cenários baseados no orçamento original.

Os cenários desenhados foram os seguintes:

Descrição cenários	
Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e incremento do custo de captação em 15%
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 35% e de PJ em 30% e incremento do custo de captação em 30%
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 50% e de PJ em 45% e incremento do custo de captação em 30%

Embasados nesses cenários na data base de junho/2022, os principais resultados esperados para o fechamento do exercício de 2022 são os seguintes:

INDICADOR	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
CAIXA	311.910	310.798	309.863	308.908
RESULTADO	(18.038)	(18.531)	(18.976)	(19.422)
PL	109.595	109.103	108.658	108.211
BASILEIA	11,98%	11,91%	11,84%	11,78%

Em todos os cenários realizados, mesmo no mais pessimista de todos, o Banco mantém níveis de liquidez, de Patrimônio Líquido e Índice de Basileia adequados à sua atividade.

## **g.2 Sensibilidade de Risco de Mercado**

O Banco Semear acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de cenários com aplicação de choque nos fatores de risco que possam causar impactos em sua carteira. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Valores em milhares de Reais

Mtm em normalidade	272.214,93			jun/22
Choques por bases point	Cenário	MtM em Estresse	Delta	
-400 bps	Gravíssimo	253.688	-18.527	
-300 bps	Grave	258.469	-13.746	
-200 bps	Moderado	263.159	-9.056	
-100 bps	Leve	267.744	-4.470	
+100 bps	Leve	276.562	4.347	
+200 bps	Moderado	280.780	8.565	
+300 bps	Grave	284.866	12.651	
+400 bps	Gravíssimo	288.816	16.601	

Fonte: Sistema Basileia e Mercado da Ellin Duxus

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:



- CENÁRIO 1 – Leve: situação de deterioração e de elevação de 100 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 2 – Moderado: situação de deterioração e de elevação de 200 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 3 – Grave: situação de deterioração e de elevação de 300 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 4 – Gravíssimo: situação de deterioração e de elevação de 400 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

Adicionalmente, a fim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o PR (patrimônio de referência), Banco executa testes de sensibilidade em que avalia:

- Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para dez dias.
- Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo apresentamos apenas os fatores de risco onde foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Valores em milhares de Reais

jun/22

Fator de Risco	Percentil		Percentil		
	1 - 1 ano(s)	99 - 1 ano(s)	-5%	-10%	-20%
Cupom de IGP-M	3.634	2.288	13,29%	34,88%	-
Cupom de IPCA	10.181	7.539	2,39%	5,38%	14,79%
PRÉ	-60.022	-47.369	-0,83%	-1,60%	-3,10%

Fonte: Sistema Basileia e Mercado da Ellin Duxus

## h. Gerenciamento de Continuidade de Negócio

Para Gerenciamento de Continuidade fazemos o acompanhamento das carteiras e negócios do Banco, visando proteger a imagem e reputação assim como oferecer maior segurança para clientes, parceiros e acionistas, minimizando perdas financeiras e assegurando o nível adequado da estabilidade organizacional.

A Continuidade de Negócios no Banco contempla o gerenciamento da recuperação dos negócios em caso de interrupção e a gestão, por meio de análises, estratégias, treinamentos, testes, revisões e manutenções, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

## **28 Outras informações**

### **a) Ouvidoria**

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

### **b) Combate aos efeitos da COVID-19**

Durante o ano de 2020, o mundo foi assolado pela proliferação do vírus COVID-19 – Coronavírus – que possui uma capacidade rápida de disseminação e de contágio afetando, especialmente, idosos e pessoas com problemas crônicos de saúde. A Organização Mundial da Saúde a considerou como pandemia mundial. O Governo Federal, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil vêm tomando medidas com o intuito de atenuar estes efeitos na economia brasileira, tanto para a população quanto para as instituições financeiras. Diante desse cenário, a Administração vem agindo de forma rápida e efetiva para minimizar os impactos advindos da pandemia na instituição.

Diante de tudo isso, o Banco vem seguindo todas as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS com o intuito de minimizar a proliferação do vírus entre os colaboradores, os clientes e a comunidade.

Durante o ano de 2021, grande parte da população brasileira acima de 18 anos tomou duas doses da vacina, o que tem ajudado bastante na proteção da população.

Como é de extrema dificuldade saber o efetivo impacto sobre o risco de crédito, risco de liquidez e nas operações de crédito fruto da atual circunstância em nosso negócio e prever todas as situações, a Administração está agindo de forma rápida para minimizar seus efeitos na instituição, da seguinte forma:

- Foram definidas três frentes emergenciais de atuação:
  - Originação: foco em garantir a entrada de operações no curto prazo e no médio prazo, tanto em operações de crédito quanto em aplicações financeiras.
  - Recebimentos: foco no monitoramento das receitas, atuando de forma instantânea em caso de inadimplência, minimizando o aumento do risco de crédito e liquidez.
  - Redução de Despesas: reavaliação de todos os contratos em andamento, cancelamento de admissões e projetos com foco no longo prazo, análise das principais linhas de despesas, para traçar um plano de redução.
- Em termos de funcionamento, foi definido um número mínimo de estrutura necessária para operacionalizar o Banco com segurança – estes ficam fisicamente presentes – e privilegiar o trabalho remoto, home office, para as atividades que não comprometam o dia a dia do Banco.
- As políticas de crédito foram ajustadas para minimizar os efeitos da inadimplência esperada para esta situação.
- Com relação à liquidez, foram realizadas captações em novas linhas regulamentadas



pelo Bacen, como o DPGE e a LFG.

**Conselho de Administração**

Roberto Willians Silva Azevedo  
Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo  
Vice-Presidente

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa  
Conselheira

Ilvio Braz de Azevedo  
Conselheiro

**Diretoria**

Roberto Willians Silva Azevedo  
Presidente

Arthur Soares Campos  
Diretor

**Contadora responsável**

Maria Aparecida F. de Souza Costa  
CRC-MG: 48852/O-2

\*\*\*\*\*